

Notícias Sindicais, 08/10/14

Diap, 07/10/14

Maioria dos estados aprova acordo e encerra greve nacional

Bancários arrancaram nova proposta da Fenaban após paralisação nacional iniciada em 30 de setembro

Escrito por: Contraf-CUT • Publicado em: 07/10/2014

Seguindo a orientação do Comando Nacional dos Bancários, coordenado pela Contraf-CUT, a grande maioria das assembleias realizadas nesta segunda-feira (6) em todo o país aprovou a nova proposta da Fenaban apresentada na sexta (3), encerrando a greve nacional iniciada no dia 30 de setembro. A proposta reajusta os salários e demais verbas em 8,5% (aumento real de 2,02%), o piso salarial em 9% (2,49% acima da inflação) e o vale-refeição em 12,2%, além de contemplar outros avanços não econômicos, como mecanismos de combate às metas abusivas e o assédio moral.

A maioria das assembleias também aprovou as propostas específicas apresentadas pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. No entanto, as propostas do BB foram rejeitadas, e haverá novas assembleias nesta terça-feira, em Porto Alegre, Curitiba, Paraíba e Roraima. Já as propostas da Caixa foram rejeitadas em Florianópolis, Bahia, Amapá e Roraima.

A greve também continua no BNB e no Banco da Amazônia. As assembleias dos estados onde os dois bancos atuam rejeitaram a proposta e fazem novas assembleias nesta terça. Ainda segue a greve no Banrisul, com nova negociação nesta terça.

Com os novos reajustes, os bancários acumulam aumento real de 20,7% nos salários e de 42,1% desde 2004, período em que todos os anos conquistaram aumento acima da inflação. Veja aqui um comparativo.

"Em mais uma grande demonstração de sua força, baseada na unidade nacional e na capacidade de mobilização, os bancários conquistam com mais uma greve aumento real pela 11ª ano consecutivo, além de avanços importantes em relação às condições de trabalho, principalmente no combate às metas abusivas e ao assédio moral", afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional.

AS PROPOSTAS ECONÔMICAS APROVADAS

Reajuste - 8,5% (2,02% de aumento real).

Piso portaria após 90 dias - 1.252,38 (9% ou 2,49% de aumento real).

Piso escritório após 90 dias - R\$ 1.796,45 (9% ou 2,49% acima da inflação).

Piso caixa/tesouraria após 90 dias - R\$ 2.426,76 (salário mais gratificação mais outras verbas de caixa), significando reajuste de 8,87% e 2,37% de aumento real).

PLR regra básica - 90% do salário mais R\$ 1.837,99, limitado a R\$ 9.859,93. Se o total ficar abaixo de 5% do lucro líquido, salta para 2,2 salários, com teto de R\$ 21.691,82.

PLR parcela adicional - 2,2% do lucro líquido dividido linearmente para todos, limitado a R\$ 3.675,98.

.....

Antecipação da PLR

Primeira parcela depositada até dez dias após assinatura da Convenção Coletiva e a segunda até 2 de março de 2015.

Regra básica - 54% do salário mais fixo de R\$ 1.102,79, limitado a R\$ 5.915,95 e ao teto de 12,8% do lucro líquido - o que ocorrer primeiro.

Parcela adicional - 2,2% do lucro líquido do primeiro semestre de 2014, limitado a R\$ 1.837,99.

.....

Auxílio-refeição - R\$ 26,00 (R\$ 572,00 ao mês), reajuste de 12,2%.

Auxílio-cesta alimentação e 13ª cesta - R\$ 431,16. (Somados, os auxílios refeição e cesta-alimentação resultam em R\$ 1.003,13 por mês, o que representa reajuste de 10,76%).

Auxílio-creche/babá (filhos até 71 meses) - R\$ 358,82.

Auxílio-creche/babá (filhos até 83 meses) - R\$ 306,96.

Gratificação de compensador de cheques - R\$ 139,44.

Requalificação profissional - R\$ 1.227,00.

Auxílio-funeral - R\$ 823,30.

Indenização por morte ou incapacidade decorrente de assalto - R\$ 122.770,20.

Ajuda deslocamento noturno - R\$ 85,94.

AS PROPOSTAS SOCIAIS APROVADAS

Combate às metas abusivas - Bancos incluirão na Convenção Coletiva o compromisso de que "o monitoramento de resultados ocorra com equilíbrio, respeito e de forma positiva para prevenir

conflitos nas relações de trabalho". Trata-se de mais um passo no combate às metas abusivas, que tem provocado adoecimento e afastamento de bancários. Além disso, a cobrança de metas passará a ser proibida não somente por SMS, mas também por qualquer outro tipo de aparelho ou plataforma digital.

Dias parados - A compensação dos dias parados durante a greve será de uma hora por dia no período de 15 de outubro a 31 de outubro, para quem trabalha seis horas, e uma hora por dia no período entre 15 de outubro e 7 de novembro, para quem trabalha oito horas.

Certificação CPA 10 e CPA 20 - Quando exigido pelos bancos, os trabalhadores terão reembolso do custo da prova em caso de aprovação.

Adiantamento de 13º salário para os afastados - Quando o bancário estiver recebendo complementação salarial, terá também direito ao adiantamento do 13º salário, a exemplo dos demais empregados.

Reabilitação profissional - Cada banco fará a discussão sobre o programa de retorno ao trabalho com o movimento sindical.

Gestantes - As bancárias demitidas que comprovarem estar grávidas no período do aviso prévio serão readmitidas automaticamente.

Casais homoafetivos - Os bancos divulgarão a cláusula de extensão dos direitos aos casais homoafetivos, informando que a opção deve ser feita diretamente com a área de RH de cada banco, e não mais com o gestor imediato, para evitar constrangimentos e discriminações.

Novas tecnologias - Realização de seminários periódicos para discutir sobre tendências de novas tecnologias.

Campanha sobre assédio sexual - Os bancos assumiram o compromisso de realizar uma campanha junto com os bancários para combater o assédio sexual no trabalho.

Conquista no HSBC

O HSBC apresentou a proposta de pagamento de R\$ 3 mil, sob forma de participação nos resultados (PR), através de uma antecipação de R\$ 2 mil em outubro e R\$ 1 mil em fevereiro de 2015. A proposta é resultado da pressão da greve e das negociações com o banco inglês, uma vez que a instituição teve prejuízo no balanço do primeiro semestre. Conforme o modelo de distribuição de lucros, o pagamento aos trabalhadores ficaria prejudicado.

Portal da CTB

Greve dos Bancários: privados fecham acordo e públicos mantêm

Em greve desde 30 de setembro, bancários de todo o país realizam assembleias nesta segunda-feira (6) para decidir sobre o fim da paralisação.

A maior parte dos sindicatos decidiu aceitar proposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), que inclui elevar o índice de reajuste de 7,35% para 8,5% (aumento real de 2,02%) nos salários e demais verbas salariais, de 8% para 9% (2,49% acima da inflação) nos pisos e 12,2% no vale-refeição; entre outras.

Trabalhadores de bancos privados decidiram finalizar a greve. Porém, em alguns estados, os trabalhadores de bancos públicos optaram por continuar a paralisação.

As propostas da Caixa Econômica Federal foram rejeitadas na, Bahia, Piauí, Florianópolis, Amapá e Roraima. Já as propostas do Banco do Brasil foram rejeitadas em Porto Alegre, Curitiba, Paraíba e Roraima. A greve também continua no Banco do Nordeste e no Banco da Amazônia. Tocantins também segue em greve. Trabalhadores dos bancos que tiveram as propostas rejeitadas realizam novas assembleias na terça-feira (07).

José Souza, presidente do Sindicato dos Bancários do Sergipe, considerou positivo o resultado da greve. "Estamos convictos de que só a nossa unidade e determinação são possíveis de reverter à intransigência dos patrões. Sabemos que em uma negociação nenhum dos lados saem com 100%. Mas apesar de não termos conquistados todas as nossas reivindicações, nesta campanha salarial conseguimos arrancar os maiores percentuais dos últimos tempos", festeja José Souza.

Alagoas

Os bancários de Alagoas, com exceção dos vinculados ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), decidiram retornar às atividades nesta terça a partir das 10h.

Amapá

Os bancários do Amapá decidiram na noite de segunda-feira (6) pelo fim da greve iniciada em 30 de setembro, que comprometeu o atendimento em mais de 50% das agências no estado. Segundo o sindicato da categoria, os atendimentos retornaram nos bancos privados e em parte dos públicos. Servidores do Caixa Econômica Federal e do Banco da Amazônia (Basa) ainda voltarão à mesa de negociação para discutir questões que envolvem isonomia e horas extras.

Amazonas

Os bancários do Amazonas decidiram pelo fim da greve, com exceção do Banco da Amazônia (Basa), que não aceitou a proposta e continua a paralisação. A partir desta terça-feira (7), os bancos privados, além da Caixa Econômica e Banco do Brasil, voltam ao seu funcionamento normal, às 9h.

Bahia

Em assembleia, os bancários decidiram que a greve da categoria permanece em apenas dois bancos na Bahia: Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A decisão foi tomada em assembleia bastante concorrida. Na Caixa, a deliberação foi feita voto a voto e 88 empregados ficaram a favor da proposta pela manutenção da paralisação que deve seguir forte hoje em todos os municípios da base do SBBA. No BNB, a decisão pela continuidade da greve foi unânime. Nesta terça-feira (07), às 18h30, acontece nova assembleia para os empregados da Caixa, no Ginásio de Esportes, ladeira dos Aflitos, para decidir os rumos do movimento.

Chapécó

Em Chapécó (SC), o Comando Nacional dos Banrisulenses e a diretoria do Banrisul voltam à mesa de negociação a partir das 10h30 desta terça-feira, para negociarem avanços na pauta que irá ser avaliada na assembleia da tarde. A reunião desta segunda-feira (6), iniciou pela manhã e terminou sem acordo em razão de divergências entre o Comando e a diretoria do Banco. Os diretores do Banrisul chamaram a reunião no domingo e apresentaram uma minuta de proposta para o Comando na abertura da mesa de negociação desta segunda. Os diretores do banco propuseram, entre outras questões, a retirada da PLR social do banco e um calendário de implantação do Plano de Carreira a partir de 1º de janeiro de 2015. Os representantes dos banrisulenses argumentaram que a diretoria precisava firmar um compromisso com a implantação do Plano de Carreira e manter a PLR. A proposta dos representantes dos trabalhadores foi antecipar a migração para 15 de dezembro deste ano.

Ceará

Os bancários do Ceará decidiram encerrar a greve nos bancos privados e em parte dos bancos públicos do estado. Porém, os funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com sede em Fortaleza, decidiram em assembleia distinta continuar a paralisação.

Distrito Federal

Em Brasília, os trabalhadores da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, além do Banco de Brasília e dos bancos privados, aprovaram as propostas da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) durante assembleias realizadas na noite desta segunda-feira (6).

Espírito Santo

Os bancários do Espírito Santo que atuam em bancos públicos e privados votaram pelo fim da paralisação dos serviços.

Goiás

Funcionários do Banco do Brasil e bancos privados de Goiás decidiram encerrar a greve nas instituições após assembleias realizadas nesta segunda-feira (6), em Goiânia. Em contrapartida, bancários da Caixa Econômica Federal também se reuniram e optaram por manter a paralisação

Mato Grosso

Os bancários de Mato Grosso decidiram suspender a greve da categoria em bancos privados e no Banco do Brasil, mas optaram em continuar com as atividades paralisadas nas agências da Caixa Econômica Federal.

Minas Gerais

Os bancários de Uberlândia decidiram, em assembleia, encerrar a paralisação e retomar ao trabalho nesta terça. Também houve decisão pelo fim da greve em cidades da Zona da Mata.

Paraná

No Paraná, os bancários de Curitiba e Região Metropolitana decidiram pôr fim à greve da categoria. Mas Na mesma assembleia, os funcionários do Banco do Brasil rejeitaram a proposta. No interior do estado, as assembleias realizadas nesta segunda-feira pelos sindicatos dos bancários de Arapoti e de Cornélio Procópio também aprovaram as propostas apresentadas pelos bancos.

Pernambuco

Os trabalhadores de Pernambuco decidiram pelo fim da greve após assembleia realizada na noite desta segunda-feira (6), na sede do sindicato da categoria, no bairro da Boa Vista, Centro do Recife. O único que permanecerá de portas fechadas é o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Os funcionários do BNB não aceitaram a proposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban).

Rio Grande do Norte

Os bancários do Rio Grande do Norte encerraram a greve iniciada em 30 de setembro e voltaram ao trabalho nesta terça-feira (7). No RN, apenas os funcionários do Banco do Nordeste

permanecem em greve. O sindicato convocou uma assembleia específica para estes bancários a partir das 8h desta terça-feira (7).

Rio Grande do Sul

Os bancários decidiram encerrar a greve da categoria em bancos privados e em agências da Caixa Econômica Federal (CEF) na capital, Porto Alegre. Segundo a Federação dos Trabalhadores das Instituições Financeiras (Fetrafi-RS), uma assembleia definiu a aceitação da última proposta patronal e os serviços serão retomados.

Rio de Janeiro

Os bancários do estado voltam ao trabalho nesta terça, segundo sindicato. Eles fizeram três assembleias: uma de funcionários de bancos privados, outra dos servidores do Banco do Brasil; e outra da Caixa Econômica Federal, e todas aceitaram a proposta da Fenaban.

São Paulo

Os bancários de São Paulo e 15 municípios da região aceitaram na noite desta segunda-feira (6) proposta do sindicato patronal e decidiram pelo fim da greve. No interior do estado, a greve também chegou ao fim nas regiões de Ribeirão Preto e Franca e no Alto Tietê. Trabalhadores também decidiram pelo fim da greve em Presidente Prudente e no Vale do Paraíba e região bragantina.

Sergipe

Com exceção dos funcionários do Banco do Nordeste (BNB), os bancários do Estado de Sergipe decidiram aceitar a proposta apresentada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e por fim a greve que chegou ao sétimo dia consecutivo.

Confira as propostas econômicas aprovadas

Reajuste - 8,5% (2,02% de aumento real).

Piso portaria após 90 dias - 1.252,38 (9% ou 2,49% de aumento real).

Piso escritório após 90 dias - R\$ 1.796,45 (9% ou 2,49% acima da inflação).

Piso caixa/tesouraria após 90 dias - R\$ 2.426,76 (salário mais gratificação mais outras verbas de caixa), significando reajuste de 8,87% e 2,37% de aumento real).

PLR regra básica - 90% do salário mais R\$ 1.837,99, limitado a R\$ 9.859,93. Se o total ficar abaixo de 5% do lucro líquido, salta para 2,2 salários, com teto de R\$ 21.691,82.

PLR parcela adicional - 2,2% do lucro líquido dividido linearmente para todos, limitado a R\$ 3.675,98.

Auxílio-refeição - R\$ 26,00 (R\$ 572,00 ao mês), reajuste de 12,2%.

Auxílio-cesta alimentação e 13ª cesta - R\$ 431,16. (Somados, os auxílios refeição e cesta-alimentação resultam em R\$ 1.003,13 por mês, o que representa reajuste de 10,76%).

Auxílio-creche/babá (filhos até 71 meses) - R\$ 358,82.

Auxílio-creche/babá (filhos até 83 meses) - R\$ 306,96.

Gratificação de compensador de cheques - R\$ 139,44.

Requalificação profissional - R\$ 1.227,00.

Auxílio-funeral - R\$ 823,30.

Indenização por morte ou incapacidade decorrente de assalto - R\$ 122.770,20.

Ajuda deslocamento noturno - R\$ 85,94.

Antecipação da PLR

Primeira parcela depositada até dez dias após assinatura da Convenção Coletiva e a segunda até 2 de março de 2015.

Regra básica - 54% do salário mais fixo de R\$ 1.102,79, limitado a R\$ 5.915,95 e ao teto de 12,8% do lucro líquido - o que ocorrer primeiro.

Parcela adicional - 2,2% do lucro líquido do primeiro semestre de 2014, limitado a R\$ 1.837,99.

Portal da CUT

São Paulo: Campanha Salarial no Setor Químico

Negociações começam nesta quinta-feira (9); campanha será unificada e coordenada pela Fetquim
Escrito por: Sindicato dos Químicos do ABC • Publicado em: 07/10/2014

A primeira rodada de negociações da Campanha Salarial 2014 do Setor Químico será na próxima quinta-feira (9), na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em São Paulo. Este ano, os dirigentes sindicais e os empresários das indústrias químicas discutirão as cláusulas sociais, além dos itens econômicos.

Com a ratificação das respectivas assembleias, a categoria química do estado de São Paulo reivindica a renovação das cláusulas sociais já existentes e apresentação de cinco novas cláusulas. Confira abaixo:

Reivindicações econômicas:

- Reajuste salarial: 13% (reposição da inflação mais aumento real);
- Piso salarial de R\$ 1.810,00 (2,5 salários mínimos);
- Participação nos lucros ou resultados (PLR) de R\$ 1.810,00 no mínimo;

Novas cláusulas:

- Licença-maternidade de 180 dias
- Cesta básica ou vale alimentação R\$ 345,42
- Direito à informação sobre a utilização de nanotecnologia
- Garantia de emprego para combater a rotatividade e as demissões imotivadas
- Restrições à contratação de mão de obra terceirizada nas atividades fins.

A campanha será unificada e coordenada pela Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico da CUT no Estado de São Paulo (Fetquim), que representa cerca de 180 mil trabalhadores dos setores de cosmético, químico, plásticos, material de limpeza, entre outros, de São Paulo, região do ABC, Campinas, Osasco, Vinhedo, Jundiaí e São José dos Campos.

A data-base da categoria química é 1º de novembro.

Portal Mundo Sindical

Estivadores fazem passeata no Centro de Santos para reivindicar direito de registro

Uma passeata organizada pelo Sindicato dos Estivadores ocorre na manhã desta terça-feira (7) na Rua João Pessoa, no Centro de Santos. Os trabalhadores pararam suas atividades por conta do protesto. Por conta da manifestação, o trânsito no Centro de Santos ficou bem complicado e só foi normalizado por volta do meio-dia.

Segundo o presidente do Sindicato, Rodney Oliveira da Silva, a reivindicação é por conta da falta de registro dos trabalhadores. "Decidimos fazer essa manifestação pacífica pois impasse entre o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) e o Órgão Gestor da Mão de Obra (OGMO) já acontece há anos. Temos colaboradores que estão trabalhando 20 anos sem registro. Esperamos chamar a atenção deles com essa passeata e possamos melhorar as condições de trabalho dos estivadores", declarou.

A manifestação provocou lentidão trânsito em diversas ruas do Centro de Santos. Segundo informações da Companhia de Engenharia e Tráfego de Santos (CET), cerca de 60 pessoas participam da manifestação, que ocorreu de forma pacífica.

Resposta

O diretor executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), José dos Santos Martins, informou que o Sopesp esteve reunido com a direção do Sindicato dos Estivadores e com representantes de trabalhadores cadastrados, na manhã desta terça-feira, e que a Estiva deu prazo até a próxima sexta-feira para que o Sopesp se manifestasse em relação à minuta da Convenção Coletiva de Trabalho completa ou a passagem dos trabalhadores do cadastro para o registro, separadamente.

Segundo Martins, o Conselho de Supervisão do Ogmo/Santos já aprovou o número da passagem do cadastro para o registro, porém, a lei em vigência determina que as regras para a passagem do cadastro para o registro têm que ser estabelecidas em Convenção Coletiva de Trabalho entre as partes: Sopesp e Sindicato dos Estivadores.

Fonte: Jonathan Vincent/A Tribuna On-Line - 07/10/2014

Portal da CTB

Valor da cesta básica cai na maioria das capitais em setembro

O valor da cesta básica calculado pelo Dieese caiu no mês passado em 11 das 18 capitais pesquisadas, com destaque para Recife (-1,99%), São Paulo (-1,39%), Natal (-1,18%), Campo Grande (-1,13%) e Salvador (-1,02%). As principais altas foram apuradas em Goiânia (1,36%), Aracaju (1,15%) e Brasília (1,10%), enquanto em Belo Horizonte praticamente não houve variação (0,01%). O instituto chama a atenção para a elevação do preço da carne, "em pleno período de entressafra", em todas as cidades.

A cesta mais cara foi a de Florianópolis (R\$ 340,76), seguida de São Paulo (R\$ 333,12) e Vitória (R\$ 328,33). As de menor valor foram todas do Nordeste: Aracaju (R\$ 233,18), Salvador (R\$ 263,63) e Natal (R\$ 267,39). Com base na cesta da capital catarinense, o Dieese calculou em R\$ 2.862,73 o salário mínimo necessário para as despesas básicas de um trabalhador e sua família.

Isso corresponde a 3,95 vezes o mínimo oficial (R\$ 724). Essa proporção também era de 3,95 em agosto e de 3,87 em setembro do ano passado.

No acumulado do ano, 11 capitais têm alta na cesta. As maiores foram apuradas em Aracaju (7,57%), Florianópolis (6,71%) e Recife (3,82%). Entre as quedas, as principais são de Campo Grande (-5,37%), Belo Horizonte (-2,79%) e Natal (-2,18%).

A jornada média para adquirir os gêneros essenciais foi de 89 horas e 52 minutos, abaixo de agosto (90 horas e 7 minutos) e de setembro de 2013 (90 horas e 42 minutos).

Segundo o Dieese, além da carne, os produtos com maior incidência de aumentos foram o leite, o arroz e o pão francês. Óleo de soja, tomate, feijão e batata (que é pesquisada na região Centro-Sul) mostraram queda na maioria dos locais.

A carne subiu mais em Goiânia (6,58%), Belo Horizonte (5,95%) e Florianópolis (5,29%). Em 12 meses, as altas variam de 2,79% (Manaus) a 33,48% (Florianópolis).

Já o preço do leite aumentou em 13 capitais, com destaque para Brasília (11,31%). "Mesmo com a produção crescente, em pleno período de safra, observa-se elevação de preços no varejo, devido à maior demanda da indústria de laticínios", analisa o Dieese.

O arroz teve alta em 14 capitais, chegando a 3,83% em Curitiba. "A demanda pelo grão segue aquecida, uma vez que os produtores não têm interesse de negociar com as cooperativas e moinhos, pois têm expectativa de aumento do preço e, com isso, houve alta no varejo", relata o instituto.

E o pão francês aumentou de preço em 11 cidades (2,58% em Natal, 2,27% em Goiânia e 1,78% em Manaus). "A escassez da farinha de trigo e desvalorização do câmbio, que eleva o preço do trigo importado dos Estados Unidos e Canadá, são os fatores que explicam a alta do pão".

Fonte: RBA

Portal da CSB

TST condena empresa a indenizar gerente por ofensas de superior

Trabalhadora sofria tratamento desrespeitoso por seus superiores hierárquicos, caracterizando assédio moral

A 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou a Total E&P do Brasil a pagar R\$ 50 mil de indenização por danos morais a uma gerente. Ela conseguiu provar que sofreu tratamento desrespeitoso por seus superiores hierárquicos.

A indenização havia sido estabelecida anteriormente em R\$ 100 mil, mas a turma aceitou parte do recurso da empresa e reduziu o valor.

A gerente descreveu na ação trabalhista que era constantemente criticada e chamada de incompetente por dois diretores da empresa. Relatou que as conversas com eles ocorriam sempre em tom agressivo e que, após se afastar do trabalho com diagnóstico de transtorno do pânico, o tratamento piorou. A trabalhadora pediu indenização no valor de R\$ 950 mil, equivalente a dez vezes o salário que recebia na época.

Em defesa, a empresa alegou que nenhum empregado ou diretor cometeu qualquer ato que pudesse sugerir algum tipo de perseguição pessoal. Que os diretores apenas cobravam da gerente o bom cumprimento de suas tarefas. Algumas testemunhas, porém, confirmaram a versão da trabalhadora.

A 20ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro julgou o pedido improcedente por falta de prova consistente. Mas o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região (RJ) entendeu que as provas testemunhais deixaram claras as humilhações sofridas e o abuso de direito da empregadora, condenando-a ao pagamento de indenização de R\$ 100 mil.

Inconformada, a empresa recorreu ao TST. A turma manteve o entendimento relativo ao dano moral, mas o voto do relator, ministro Hugo Scheuermann, no sentido de reduzi-lo para R\$ 50 mil, foi seguido por unanimidade. "Entendo que aquela Corte não agiu com razoabilidade e proporcionalidade, pois o valor arbitrado se afigura exorbitante em comparação com o dano causado", disse o ministro no voto.

Fonte: Valor Econômico

Portal do MST

Movimentos expressam linha política para o segundo turno da eleição presidencial

7 de outubro de 2014 - *Da Página do MST*

Em editorial do Jornal Brasil de Fato, os movimentos sociais expressam seu posicionamento em relação ao segundo turno da eleição presidencial, que ocorrerá no próximo dia 26 de outubro entre a reeleição de Dilma Rousseff (PT) e a candidatura de Aécio Neves (PSDB).

Para os movimentos, o confronto entre os candidatos "será uma batalha decisiva, duríssima, que exigirá a mais ampla mobilização de todos os setores populares e de esquerda em nosso país" pela candidatura de Dilma para enfrentar a ofensiva neoliberal.

Contudo, mesmo com uma vitória de Dilma, é de extrema necessidade aprofundar os programas de mudanças estruturais.

A proposta de uma Plataforma dos Movimentos Sociais elaborada por 60 organizações sociais de todo o país, no caso, seria "uma alternativa concreta, possível e imediata da necessária radicalização que deve ser acolhida".

E a saída para as mudanças estruturais perpassa incondicionalmente pela luta de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

Confira o editorial na íntegra:

Derrotar a Direita Não Permite Vacilação!

Concluimos o primeiro turno das eleições gerais com um Congresso Nacional mais conservador. A onda reacionária fortaleceu as bancadas ligadas à grupos evangélicos fundamentalistas, lideranças contra a ampliação de direitos e a chamada "bancada da bala", defensora da intensificação de medidas repressivas. Mas fortaleceu principalmente as bancadas patronais ligadas aos grandes grupos econômicos.

Votos nulos, em branco e a abstenção apresentaram um significativo crescimento, permitindo concluir que também canalizaram a insatisfação dos eleitores.

A conjunção entre um quadro recessivo na economia e o momento eleitoral sempre fragiliza a situação e fortalece o discurso oposicionista. Neste contexto, as forças neoliberais percebem a possibilidade de vitória e jogarão todas as suas fichas nos próximos dias. O confronto entre Dilma Rousseff e Aécio Neves será uma batalha decisiva, duríssima, que exigirá a mais ampla mobilização de todos os setores populares e de esquerda em nosso país.

Neste momento, assistimos o esforço da candidatura de Aécio Neves para disputar o espólio eleitoral de Marina Silva, em especial os setores mais reacionários que haviam enxergado uma possibilidade de vitória através da candidata do PSB. Para isso, contará com o apoio infalível da grande mídia que também se prepara para utilizar toda sua artilharia de denúncias nas próximas semanas.

Mais do que nas outras eleições em que a candidatura do PT enfrentou-se com o PSDB, a vitória de Dilma Rousseff dependerá da mobilização militante. Uma eleição a ser decidida com o trabalho voluntário, de casa em casa, nas ruas, como nos melhores momentos da história do PT. E dependerá, muito mais, da ousadia em aprofundar o programa de mudanças, deixando claro para a juventude trabalhadora e a militância popular seu compromisso e disposição concreta em enfrentar os complexos desafios das mudanças sociais.

O segundo turno favorecerá o debate político entre dois projetos distintos. O significado do retorno do neoliberalismo, com suas privatizações, alinhamento com os EUA e redução de investimentos sociais de um lado e a necessidade da frente neodesenvolvimentista avançar no enfrentamento dos problemas estruturais que foram relegados em nome da manutenção da unidade com setores burgueses, de outro.

A proposta de uma Plataforma dos Movimentos Sociais, elaborada por 60 organizações sociais de todo o país é uma alternativa concreta, possível e imediata da necessária radicalização que deve ser acolhida pela candidatura de Dilma para enfrentar a ofensiva neoliberal neste segundo turno.

O momento histórico não permite vacilações. É preciso derrotar o neoliberalismo. Silenciar num momento tão decisivo ou esconder-se com o pretexto da coerência num discurso sectário é cometer um grave erro político.

Permitir uma derrota para o projeto do neoliberalismo significa uma tragédia não só para as forças populares em nosso país, mas para todos os governos progressistas de nosso continente, fortalecendo o imperialismo com implicações geopolíticas mundiais.

Porém, mesmo vitoriosa Dilma governará com uma correlação de forças desfavorável no Congresso Nacional, com os setores médios, também chamados de "classe média alta" extremamente rancorosos e com uma parcela do eleitorado muito desconfiada de seus reais compromissos em aprofundar as mudanças.

Este cenário reforça, mais ainda, a necessidade de lutar por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Sem enfrentar o atual sistema político estaremos condenados a assistir o fechamento de um verdadeiro cerco político reacionário.

É fundamental enfrentar a ofensiva neoliberal e apoiar a candidatura Dilma, mas não de forma subordinada, apenas reproduzindo os slogans e frases de campanha. Erguer com força a bandeira da 'Constituinte Já', exigir que seja Exclusiva e Soberana, trabalhar a 'Plataforma dos Movimentos Sociais', aproveitar o momento eleitoral para o debate político com povo são os caminhos de um apoio político que compreende que não basta ganhar, será preciso ser ousado para exigir mudanças políticas que se não forem realizadas permitirão que se feche o cerco conservador.

Organizado por Ernesto Germano